



ENCONTRO NACIONAL

COMBATER AS ASSIMETRIAS REGIONAIS PELO PROGRESSO SOCIAL E A COESÃO TERRITORIAL

Portalegre, 14 de Dezembro de 2017

COMBATER AS ASSIMETRIAS REGIONAIS - PELO PROGRESSO SOCIAL E A COESÃO TERRITORIAL

Encontro Nacional, 14 de Dezembro de 2017

I. INTRODUÇÃO

Portugal é hoje um país profundamente desequilibrado territorialmente e nunca as desigualdades entre a estreita franja do litoral e todo o resto do território continental foram tão acentuadas. Este é o resultado de décadas de política de direita beneficiária dos interesses do grande capital e das opções erradas de sucessivos governos, com consequências no desordenamento do território e na acentuação das assimetrias e da desertificação do interior do país. As dificuldades decorrentes da interioridade deixaram de ser exclusivas dos distritos do interior, para chegarem a praticamente todos os municípios do continente que não pertencem à orla costeira, mesmo que pertençam a distritos do litoral.

A subordinação do desenvolvimento aos mecanismos do lucro reforçada pela política de sucessivos governos determinados pelas orientações da União Europeia e do Euro, gera e acentua desigualdades sociais e territoriais. Passados 30 anos e investidos mais de 100 mil milhões de euros de fundos comunitários, a coesão territorial continua a ser uma miragem. As desigualdades entre os territórios acentuaram-se, bem como a concentração da população, do emprego, do tecido produtivo e da criação de riqueza em poucos concelhos litorais, ao mesmo tempo que se degradaram as condições de vida da generalidade dos trabalhadores e das famílias.

Com a política dos PEC e do pacto com a troika, subscrito por PS, PSD e CDS e aplicado pelo Governo PSD/CDS, aprofundou-se a depressão económica e social, e agravaram-se os problemas crónicos com que a população da maior parte das regiões do país já se deparava: mais baixos salários e menor poder de compra, reduzidos níveis de emprego e pouco qualificado e a maioria com vínculos precários, elevado desemprego, menos serviços públicos e dificuldades de acesso a cuidados de saúde, à rede de escola pública, a transportes, difíceis acessibilidades, envelhecimento, êxodo das camadas mais jovens quer para as grandes cidades do litoral, quer para o estrangeiro, crescente desertificação. Uma situação agravada pelo facto de grande parte dos municípios do interior terem menor capacidade de arrecadar receita própria, o que também influencia a qualidade de vida dos munícipes e a decisão sobre onde residir.

Os problemas com que o interior se depara requerem uma estratégia de ordenamento do território integrada e alargada, potenciando e rentabilizando todas as valências económicas, sociais e culturais, ajustadas às especificidades concretas de cada região e ao bem-estar da sua população. Uma estratégia que exige o envolvimento de todos os órgãos do poder central e local, e a intervenção do movimento sindical, nomeadamente das Uniões Distritais de Sindicatos, bem como de outras associações representativas das necessidades e anseios da população.

Uma política de desenvolvimento para o interior e de combate às desigualdades territoriais é indissociável da valorização do trabalho e dos trabalhadores, da fixação de empresas e da realização de investimentos públicos necessários ao país, não só em infraestruturas de transportes e mobilidade, mas também de reabilitação e valorização urbanas, do repovoamento dos concelhos e do reordenamento da floresta, da promoção de emprego seguro e com direitos, de uma mais justa distribuição da riqueza no plano do aumento dos salários, das pensões e da melhoria da resposta dos serviços públicos. Estas são, entre outras, questões centrais para reduzir os problemas da demografia e incentivar o aumento da natalidade no país em geral e no interior em particular.

Uma política de desenvolvimento para o interior deve também ter em conta a problemática do desenvolvimento sustentável e o equilíbrio entre as actividades humanas e o ambiente e responder aos desafios relacionados com as secas persistentes, inundações, incêndios e outros flagelos tenham eles causas humanas ou naturais.

A CGTP-IN considera ainda fundamental que se retome a discussão em torno da Regionalização. A criação de regiões, com órgãos eleitos, como previsto na Constituição da República, é indispensável ao desenvolvimento e prossecução de uma política de coesão territorial, precisamente por poderem ir ao encontro das particularidades de cada território, valorizando os seus recursos e respondendo aos seus problemas concretos.

II. SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DAS REGIÕES DO INTERIOR

Os problemas com que se confrontam as populações do interior do país implicam um conjunto de respostas integradas num plano de desenvolvimento e de combate às assimetrias regionais. Pensar e encontrar soluções para o interior implica conhecer também o que se passa no litoral, uma vez que muitos dos problemas deste espaço são o reverso do que acontece naquele.

A situação actual tem múltiplas causas, nomeadamente a ausência de uma estratégia de desenvolvimento assente numa visão una do país, atenta às especificidades e potencialidades regionais e locais, donde ressalta a falta de planeamento do território nas suas múltiplas vertentes, a escassez do investimento público, o fecho de serviços públicos essenciais, a falta de uma rede de transportes eficiente e inclusiva de todos os territórios, o pagamento de portagens nas ex-SCUT, défices nas telecomunicações, entre outros factores. Em suma, uma política de abandono das regiões à sua sorte por parte do Estado, situação decorrente de décadas de políticas de direita.

Apesar das especificidades naturais de cada região, da análise realizada a partir dos dados disponíveis conclui-se que nas regiões do interior os problemas sentidos são, em grande parte, muito similares. Desde logo, nos níveis de desemprego, fluxos migratórios, estrutura produtiva e encerramento de empresas, nos baixos salários e na precariedade, passando pelo desinvestimento nos serviços públicos – com encerramentos de valências e estruturas - que têm afastado empresas e trabalhadores, acentuando o processo de desertificação¹. É importante

¹ Apenas se tratam as assimetrias litoral/interior do continente, deixando de fora as regiões autónomas. O tratamento dos dados fez-se de acordo com as desagregações disponíveis, nuns casos as NUT III (Alto Tâmega, Terras de Trás-os-Montes, Douro, Viseu Dão-Lafões, Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo), noutros os distritos (Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja). Não se incluíram territórios do interior do Algarve por impossibilidade na obtenção de dados desagregados na maioria das dimensões.

também referir que também existem assimetrias intrarregionais no interior, que não são tratadas neste documento dada a vastidão de temas considerados, mas que resultam ainda em maiores dificuldades em alguns territórios.

Mais recentemente constatou-se como também os problemas da desertificação humana e da falta de ocupação do território também ao nível da actividade económica se reflectiram negativamente na resposta aos incêndios florestais que, ano após ano, continuam a fazer-se sentir. Factores a que acrescem os défices ao nível do ordenamento do território e da floresta em particular, bem como a falta de investimento na prevenção e no combate a incêndios.

Por outro lado, há que ter em conta que as dificuldades sentidas no interior e as fortes assimetrias existentes acentuam os problemas do litoral, devido à maior densidade populacional e à pressão que coloca sobre os serviços públicos, os transportes e acessibilidades, a habitação, etc., já de si apresentando carências de natureza diversa. Problemas exacerbados pela crónica falta de investimento público, verificada e sentida também nas regiões do litoral, constituindo-se assim como mais uma manifestação da falta de coesão territorial e duma estratégia de desenvolvimento que a promova. Uma realidade cuja reversão implica uma efectiva ruptura com a política de direita e com os constrangimentos externos que condicionam o progresso e o desenvolvimento soberano do país.

1. Indicadores de desenvolvimento

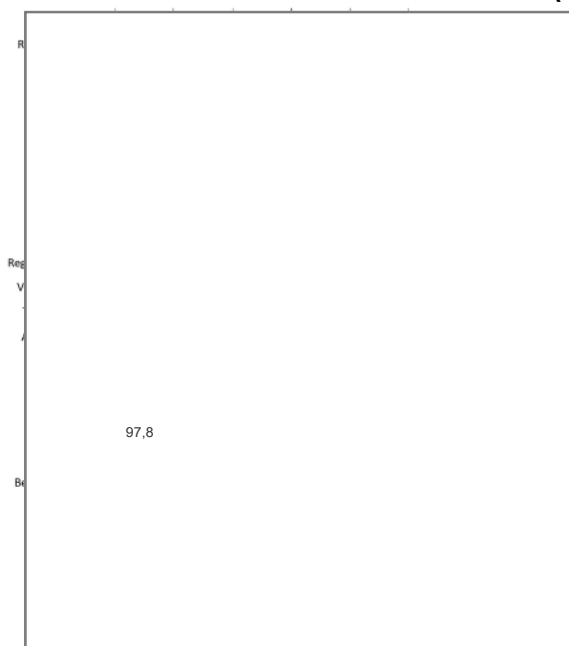
As regiões do interior e do litoral do país apresentam níveis de desenvolvimento diferentes. Apesar de não se tratar de uma realidade homogénea, dado que existem diferenças sub-regionais, as regiões mais desenvolvidas situam-se no litoral, nomeadamente nas áreas metropolitanas, segundo o índice sintético de desenvolvimento regional calculado pelo INE. Trata-se de um índice com três componentes: competitividade, coesão e qualidade ambiental e é composto por 65 indicadores.

Em 2015 apenas 5 das 25 regiões NUT III superavam a média nacional em termos de desenvolvimento regional global: as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, o Alto Minho, a Região de Aveiro e a Região de Leiria. Em termos parcelares os resultados eram, contudo, distintos.

Assim, o índice de competitividade indica que as regiões mais competitivas se concentram no litoral do Continente: Área Metropolitana de Lisboa (AML), Região de Aveiro, Área Metropolitana do Porto (AMP), Alentejo Litoral e Ave. Este índice visa captar o potencial de competitividade, a eficiência na trajetória seguida (medido pelos perfis educacional, profissional, empresarial e produtivo), a criação de riqueza e capacidade das empresas para competir internacionalmente².

² Inclui entre as suas variáveis: o PIB por habitante, a produtividade, a densidade populacional, os empregados em idade activa, a intensidade tecnológica das sociedades, a sobrevivência de empresas internacionalizáveis, entre outras.

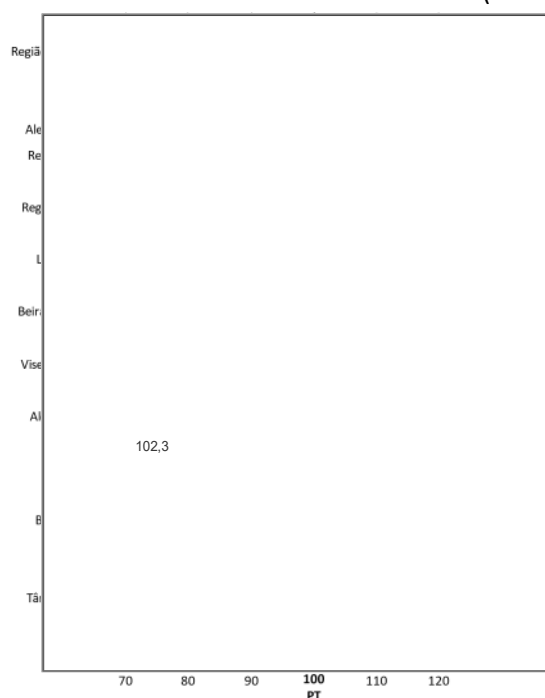
Índice de competitividade (Portugal = 100), NUT III, 2015



Fonte: Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – 2015, INE

Já o índice de coesão, que tem como objectivo reflectir o grau de acesso da população a equipamentos e serviços coletivos básicos de qualidade, o aumento da qualidade de vida e a redução das disparidades territoriais, apresenta resultados mais equilibrados, mas ainda assim reveladores da situação do interior do país. Tirando o Alentejo Central toda a faixa interior se situa abaixo da média nacional, algumas das regiões nos níveis mais baixos.

Índice de coesão (Portugal = 100), NUT III, 2015



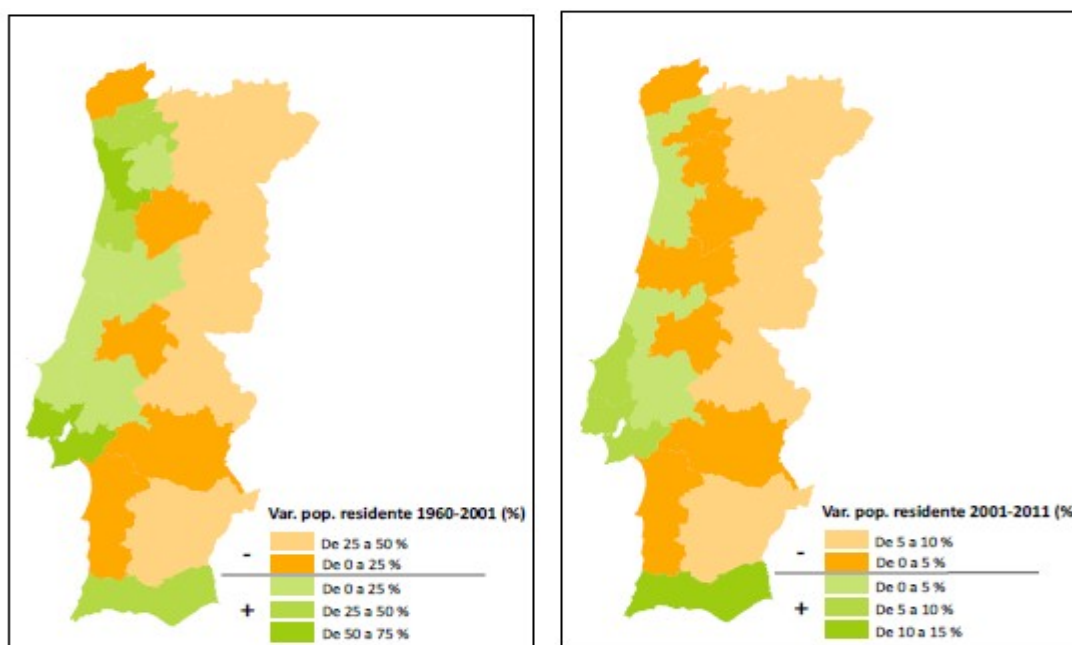
Fonte: Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – 2015, INE

Relativamente à qualidade ambiental as regiões do interior, bem como as regiões autónomas, apresentam melhor situação. Este indicador mostra no reverso, a pressão exercida no litoral, já que os resultados apontam para uma imagem do território quase oposta à da competitividade, pondo em relevo também as potencialidades do interior.

2. Demografia

O interior do país perdeu população ao longo das últimas décadas, o que tem provocado uma crescente desertificação do seu território. Desde a década de 60 do séc. XX que toda a faixa interior tem visto a sua população diminuir, ao mesmo tempo que se verifica o inverso no litoral do país a norte do Tejo e no Algarve. No Alentejo Litoral também tem havido perda de população, mas não tão acentuada como no interior.

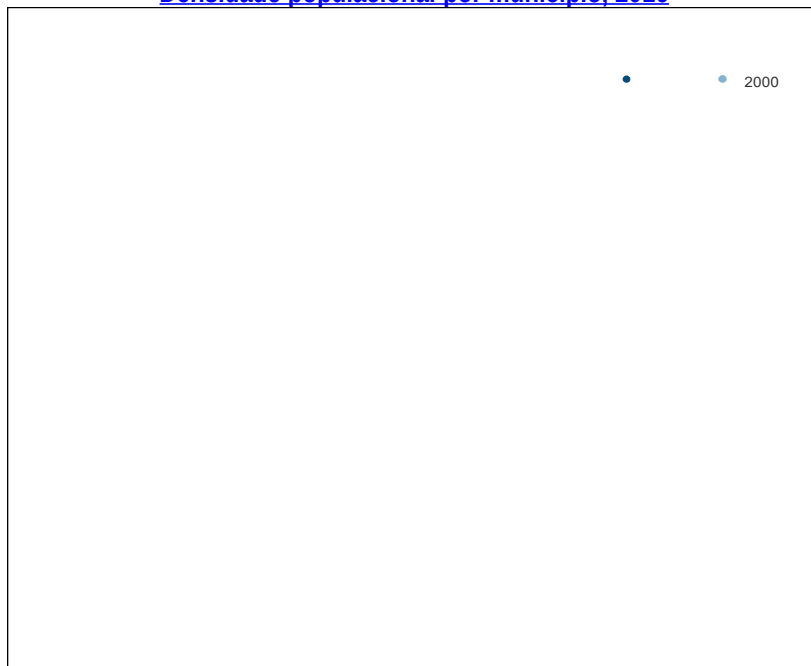
Os mapas seguintes mostram a variação da população desde 1960 até 2011, data do último recenseamento da população.



Fonte: UMVI com base nos Censos (INE)

Em termos demográficos os territórios do interior são marcados por uma muito baixa densidade populacional: entre 4 a 50 habitantes por km², o que contrasta com densidades que podem ir até aos 1.000 a 7.500 hab/km² no litoral, sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Nas cidades de média dimensão (como na zona das Beiras e Serra da Estrela e Viseu) há maior densidade populacional, mas ainda assim inferior à que se observa no litoral.

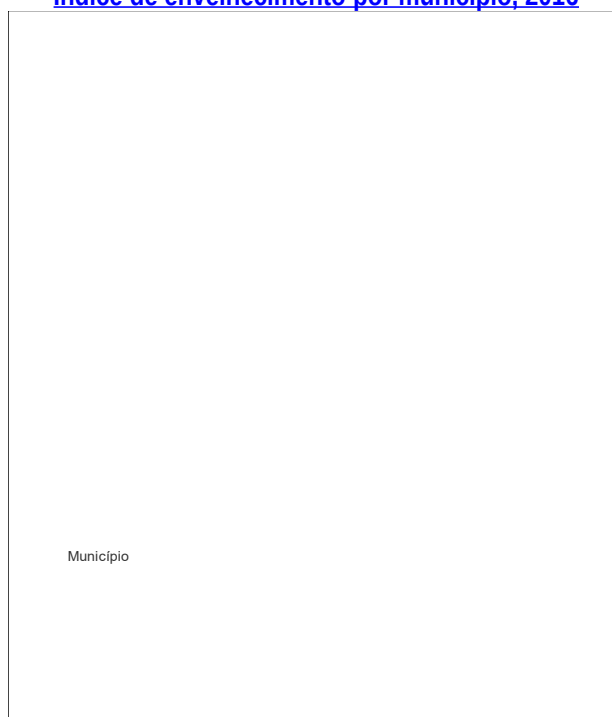
Densidade populacional por município, 2016



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.
MA-DGT, Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP.

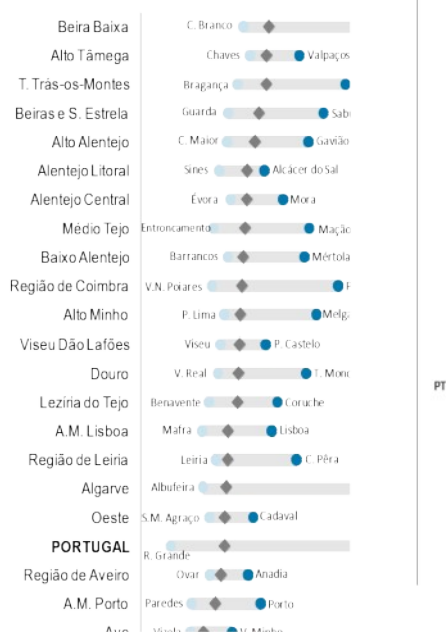
São também territórios mais envelhecidos, com maior percentagem de população idosa no total da população e com maiores níveis de dependência de idosos, sobretudo na faixa do interior norte mais junto à fronteira com Espanha. Embora o envelhecimento seja uma tendência que se observa em quase todo o território nacional, as suas consequências fazem-se sentir mais fortemente no interior, uma vez se parte de uma situação mais desfavorável.

Índice de envelhecimento por município, 2016



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente

Índice de dependência de idosos, Portugal, NUT III e município, 2016



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente

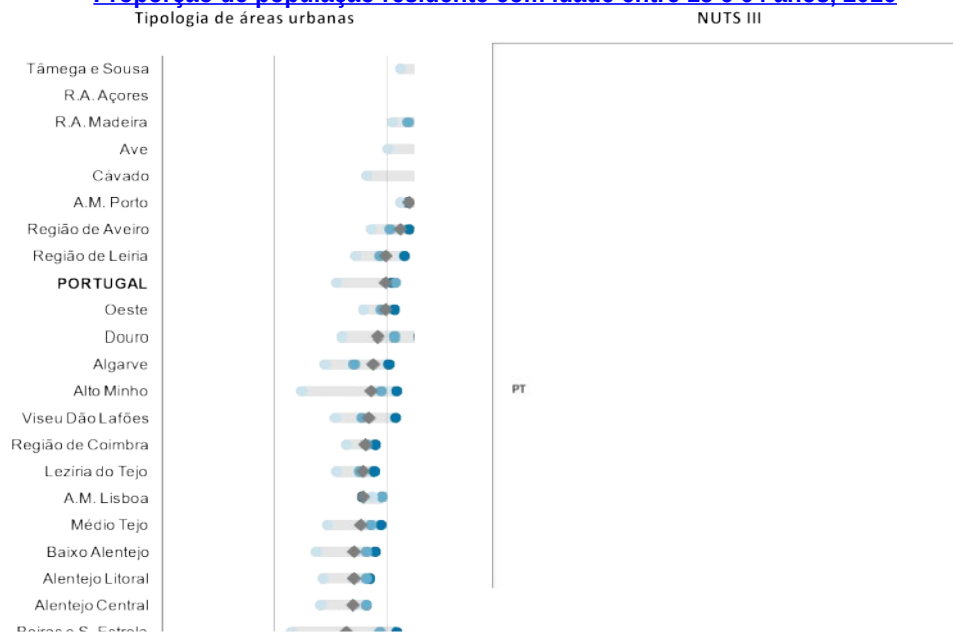
O aumento do desemprego verificado desde 2009, principalmente durante o Governo do PSD/CDS, levou muitos trabalhadores e jovens a deslocarem-se para o litoral e à emigração massiva em todo o país. Entre 2011 e 2014 saíram do país perto de 500 mil portugueses por motivo de emigração.

As regiões do interior, especialmente atingidas pela degradação da situação do emprego, sendo já historicamente zonas de origem de emigração, vêem-se perante uma nova vaga de saída de jovens e de população em idade activa.

Em 2015 e 2016 houve um abrandamento das saídas, sobretudo das permanentes, mas ainda assim o número foi significativo (perto de 200 mil pessoas no conjunto dos dois anos).

Consequentemente, a proporção da população entre os 15 e os 64 anos, ou seja, dos que vão entrar ou já entraram no mercado de trabalho, é menor no interior, sobretudo a norte do Tejo, contrastando especialmente com a situação do litoral norte.

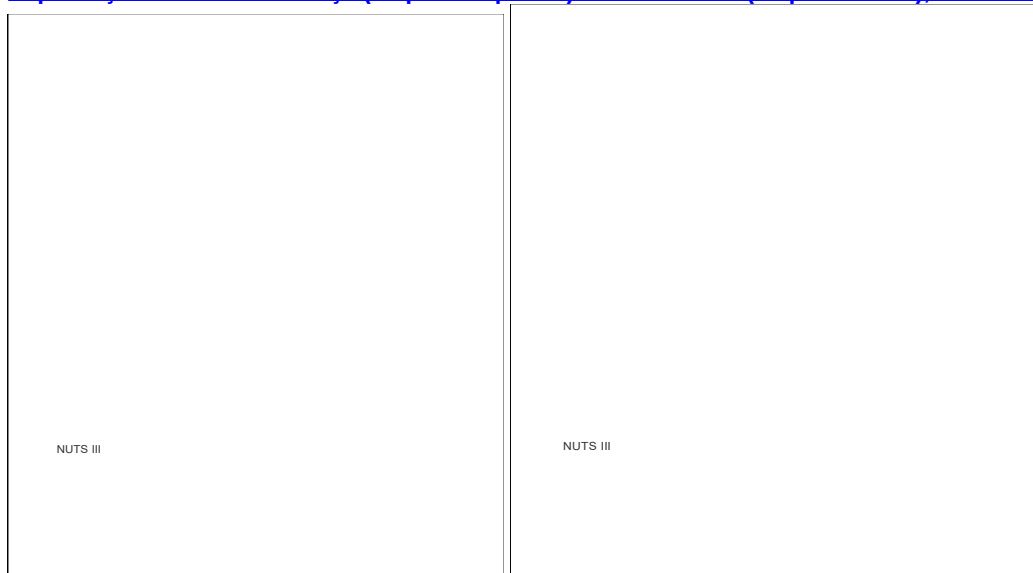
Proporção de população residente com idade entre 15 e 64 anos, 2016



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente

As condições de vida dos territórios têm consequências na qualidade de vida dos seus habitantes, incluindo na esperança de vida e também aqui se verificam diferenças litoral/interior, com o litoral a apresentar melhores resultados, sobretudo na esperança de vida à nascença. Mais rendimento, mais acesso a cuidados, nomeadamente de saúde, incluindo maior vigilância e prevenção nos cuidados de saúde, poderão ser factores explicativos.

Esperança de vida à nascença (mapa à esquerda) e aos 65 anos (mapa à direita), 2014-2016



Fonte: INE, I.P., Tábuas completas de mortalidade

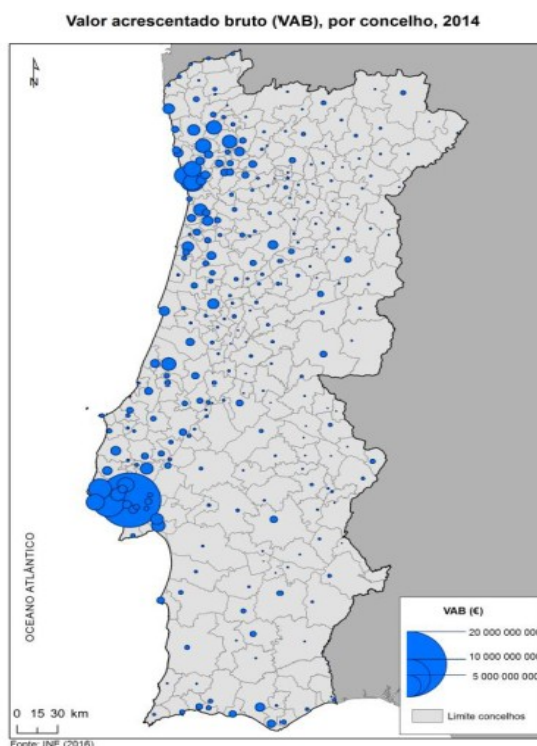
Em termos futuros, as projecções da população residente, elaboradas pelo INE, apontam para uma diminuição da população em todo o território nacional, passando dos actuais 10,3 para 7,5 milhões de pessoas em 2080, ficando abaixo do limiar de 10 milhões em 2031.

As projecções da Universidade de Aveiro³ para 2040 apontam para um decréscimo da população total em quase todo o interior, mais acentuado a norte do Tejo e em algumas zonas de fronteira no centro e norte, o mesmo acontecendo com a população com menos de 20 anos. É urgente, por isso, inverter a situação actual e fixar e atrair as populações nestes territórios.

Este cenário é coerente com a distribuição, observada em 2016, da proporção de mulheres em idade fértil (15-49 anos) no total das mulheres, tendo os municípios do interior percentagens entre 25% e 40%, enquanto que no litoral as percentagens são superiores, nomeadamente nas áreas metropolitanas e em seu redor, onde se situam entre 43% e 55%. No entanto, em todas as regiões assiste-se ao adiar da maternidade, pelo que o problema não é apenas dos territórios do interior.

3. Tecido produtivo

A maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) do país é gerado no litoral, sobretudo nas áreas metropolitanas, pois aí se situam a maioria das empresas e as que geram maior valor acrescentado. O interior gerou apenas 10% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) do país em 2014⁴. O gráfico seguinte mostra a distribuição por concelho por espelhar também diferenças inter-regionais.



Publicado na Agenda para o Interior do PNCT

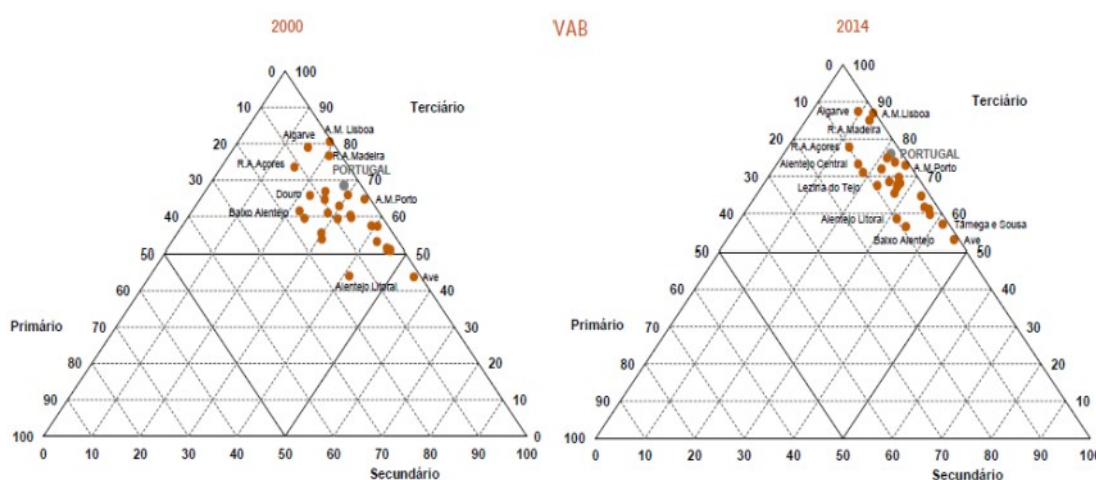
³ “A demografia do interior do país: 2011-2040”, Grupo de Estudos em Território e Inovação.

⁴ Para este cálculo consideram-se os dados por NUT III.

Entre 2000 e 2014 a estrutura produtiva portuguesa (medida pelo peso dos sectores no VAB) continuou a tendência de terciarização, verificando-se uma diminuição do peso dos sectores primário e secundário. O sector terciário passou de um contributo de 69% para a geração do VAB em 2000 para 76% em 2014, enquanto o sector secundário diminuiu de 28% para 22% e o sector primário de 4% para 2% no mesmo período. Ou seja, verificou-se uma diminuição do sector produtivo.

Como mostra a figura seguinte, a terciarização da economia ocorreu em praticamente todas as NUT III portuguesas, sendo a única excepção o Baixo Alentejo, onde houve um aumento do peso do VAB gerado no sector secundário por contrapartida dos restantes dois sectores.

Repartição sectorial do VAB por NUT III (em %), 2000 e 2014



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011).

No quadro seguinte pode ver-se o peso dos sectores em cada NUT III do interior em 2014.

Repartição sectorial do VAB por sector e NUT III do interior em 2014 (%)

NUT III	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário
PORTUGAL	2,3	21,6	76,0
Alentejo Central	10,3	16,4	73,3
Alto Alentejo	10,4	18,6	71,0
Alto Tâmega	5,0	27,1	67,9
Baixo Alentejo	9,0	34,5	56,5
Beira Baixa	5,5	27,4	67,1
Beiras e Serra da Estrela	3,6	21,5	74,9
Douro	6,3	25,1	68,6
Terras de Trás-os-Montes	6,8	27,7	65,5
Viseu Dão Lafões	3,8	26,4	69,7

Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011).

De referir que, além da diminuição do peso do sector primário no total do VAB gerado na economia entre 2000 e 2014, se verificou também uma quebra de 12% do valor absoluto do VAB neste sector no total do país, acompanhado também por uma descida no interior centro e sul, observando-se, no entanto, um aumento do VAB no interior norte.

Já no sector secundário houve um aumento do valor absoluto do VAB a nível nacional (embora apenas de 4,3%), mas em alguns territórios do interior houve uma diminuição: Beiras e Serra da Estrela, Alto Alentejo e Alentejo Central.

Por sua vez, o VAB dos Serviços aumentou 49% em termos absolutos no país, uma percentagem superior ao aumento do VAB de todos os sectores (34,5%). No interior também se observou um aumento significativo do VAB dos Serviços, em quase todos os casos superior à média do país. Isto significa que, neste período, a terciarização ainda foi mais acentuada no interior do que na média nacional.

É também no litoral que se concentra a maioria das empresas exportadoras e as exportações, nomeadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto; a despesa em investigação e desenvolvimento; as empresas em sectores de alta e média tecnologia (além das duas áreas metropolitanas são também significativas as zonas de Leiria e Aveiro). Ainda assim, a taxa de natalidade das empresas de alta e média tecnologia é mais elevada no interior do que no litoral, designadamente na Beira Baixa e Alentejo.

Em termos de VAB em sectores de alta e média tecnologia a diferenciação litoral/interior não é muito marcada - nomeadamente nas indústrias transformadoras onde não se verifica de todo -, demonstrando que no interior também existem zonas dinâmicas, que deveriam ser melhor aproveitadas e alargadas a outras, desde que sejam criadas as condições para a realização do investimento nessas áreas⁵.

4. Emprego

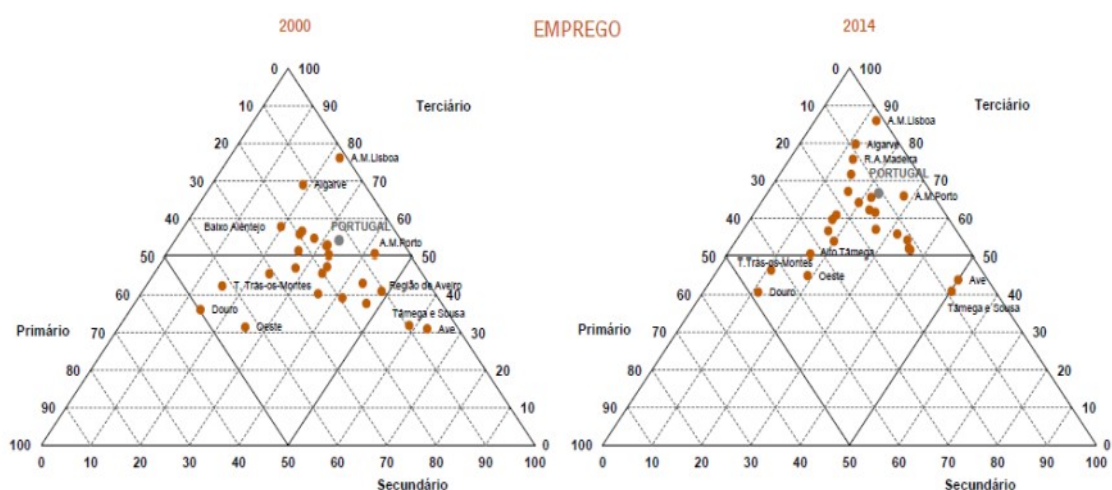
Estrutura sectorial

No que diz respeito ao emprego, a evolução nacional foi negativa entre 2000 e 2014, com o número de postos de trabalho a recuar 10,5%. Após a perda de emprego no período 2003-2005, observou-se uma muito ténue recuperação entre 2006 e 2008. Contudo, entre 2009 e 2013 a destruição de postos de trabalho assumiu maiores proporções mercê das políticas de direita postas em prática nesse período, com destaque para o período dos PEC e do Governo PSD/CDS e da ingerência da Troica. Todas as regiões do país foram afectadas, nomeadamente as do interior centro e sul dado o seu mais frágil tecido produtivo.

Em termos de repartição sectorial, a situação não era tão vincada como relativamente ao VAB. No entanto, o peso do sector terciário também aumentou em todas as NUT III do país no período considerado, embora em 2014 existissem ainda 5 NUT III em que menos de metade do emprego se ocupava neste sector.

⁵ Fonte: Retrato Territorial de Portugal – edição de 2017, INE.

Repartição sectorial do emprego por NUT III, 2000 e 2014



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011).

Ainda que com menor expressão do que no conjunto do país, no interior os serviços constituem-se também como o principal empregador (com excepção do Douro e Terras de Trás-os-Montes) em prejuízo da agricultura mas principalmente da indústria – revelando as consequências das opções políticas de destruição do sector produtivo e desvalorização dos recursos das regiões. A agricultura, silvicultura e floresta assumem maior peso do que na média nacional, embora com alguma variabilidade nas diferentes NUT III.

Repartição sectorial do emprego por sector e NUT III do interior em 2014 (%)

NUT III	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário
PORTUGAL	10,8	22,6	66,7
Alentejo Central	16,0	19,8	64,2
Alto Alentejo	16,7	16,1	67,1
Alto Tâmega	32,7	16,8	50,5
Baixo Alentejo	23,7	16,7	59,7
Beira Baixa	26,0	17,4	56,6
Beiras e Serra da Estrela	26,2	19,9	53,9
Douro	48,2	11,1	40,7
Terras de Trás-os-Montes	42,6	10,8	46,6
Viseu Dão Lafões	16,2	26,8	57,0

Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011).

Precariedade do emprego

O parco emprego criado tem sido marcado pela precariedade, quer em termos nacionais (80% dos novos contratos do sector privado são precários), quer nas regiões do interior, e a qualidade do emprego tem vindo a degradar-se nos últimos anos. Ainda que sejam os jovens os principais atingidos por este flagelo, o problema está a generalizar-se a todos os grupos etários.

Apesar da maioria dos distritos do interior se situar abaixo da média do Continente (31,8% em 2015⁶), nas regiões mais deprimidas a precariedade assume particular gravidade, uma vez que sofre os efeitos do maior peso de actividades marcadas por grande irregularidade – caso da agricultura, sector que, como se viu atrás, em algumas NUT III assume especial expressão.

Por outro lado, sendo os salários dos trabalhadores dos distritos do interior dos mais baixos do país, como se verá a seguir, a precariedade só vem reforçar os baixos rendimentos dos trabalhadores destas zonas, uma vez que os salários pagos são 30% a 40% mais baixos que os dos trabalhadores com vínculo permanente.

Peso dos TPCO com contrato precário por distrito do interior, segundo o sector de actividade, 2015 (%)

	TOTAL	Agricultura, produção animal, caça, floresta	Indústria, construção, energia e água	Serviços
Beja	37,4	52,0	36,0	31,0
Bragança	27,8	40,0	29,0	26,0
Castelo Branco	27,0	34,0	23,0	29,0
Évora	30,6	35,0	30,0	30,0
Guarda	25,9	35,0	27,0	25,0
Portalegre	27,5	41,0	24,0	26,0
Vila Real	27,4	25,9	30,0	26,4
Viseu	29,6	30,0	28,0	30,0

Fonte: Quadros de Pessoal/MTSSS

Política de baixos salários

Verificam-se enormes desigualdades em termos de distribuição territorial do rendimento entre o litoral e o interior. Em geral, os trabalhadores do interior do país auferem um salário médio mais baixo e usufruem de um poder de compra inferior ao do litoral, agravando ainda mais o processo de desertificação em curso.

De facto, em 2015 as remunerações base médias mensais brutas dos trabalhadores por conta de outrem dos distritos do interior variavam entre os 705 euros da Guarda e os 797 euros em Évora, estando bastante abaixo da média do continente, que era de 914 euros (o diferencial para baixo face à média do continente situava-se assim entre os 13% e os 23%).

Durante os anos do Governo PSD/CDS e da intervenção da Troica houve uma descida nominal do salário médio em praticamente todos os distritos, tendo havido recuperação em 2015, de modo que o salário médio nominal era já em 2015 superior a 2010 em quase todos os distritos.

Contudo, quando se tem em conta a inflação, conclui-se que em qualquer destes distritos o poder de compra tinha diminuído em relação a 2010 (entre 2,2% a 4,8% consoante os distritos), o mesmo sucedendo no resto do país. E mesmo não tendo sido os distritos onde o poder de

⁶ Os dados apresentados são apenas do sector privado, deixando de fora quer a Administração Pública, quer o falso trabalho independente, os falsos estágios ou outro tipo de vínculos precários que não sejam reportados por via do Relatório Único, nem tão pouco o trabalho não declarado ou subdeclarado, pelo que estes números pecam por defeito.

compra baixou mais, a situação é, no entanto, ainda mais grave nestes distritos dado o seu ponto de partida em termos de nível de vida.

Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem, 2015

	Euros						Diferença % Continente 2015	Variação nominal face a 2010 (€)	Variação real face a 2010 (€)	Variação real face a 2010 (%)
	2010	2011	2012	2013	2014	2015				
Continente	900	906	915	912	909	914	-	14	-49	-5,1
Guarda	692	689	695	689	700	705	22,9	13	-36	-4,8
Bragança	693	707	702	716	706	708	22,5	15	-34	-4,6
C. Branco	700	704	711	714	721	727	20,4	28	-21	-2,8
Viseu	724	732	740	734	734	737	19,3	13	-38	-4,8
V. do Castelo	709	720	722	727	730	742	18,9	32	-18	-2,3
Braga	718	726	733	732	739	744	18,6	26	-24	-3,2
Vila Real	711	718	731	737	741	744	18,6	33	-16	-2,2
Portalegre	741	739	755	750	754	756	17,3	15	-37	-4,7
Beja	750	752	763	768	767	772	15,6	22	-31	-3,9
Faro	789	791	791	786	781	781	14,5	-8	-64	-7,5
Santarém	774	780	783	784	787	794	13,2	20	-34	-4,2
Évora	767	776	782	789	792	797	12,8	30	-24	-2,9
Leiria	781	787	792	789	794	800	12,5	19	-36	-4,3
Coimbra	802	806	812	817	803	802	12,2	0	-56	-6,5
Aveiro	798	808	814	814	823	833	8,8	36	-21	-2,4
Porto	854	862	869	871	870	879	3,8	25	-35	-3,8
Setúbal	917	942	964	951	945	959	-4,9	42	-23	-2,3
Lisboa	1153	1153	1168	1161	1150	1152	-26,0	-2	-83	-6,7

Fonte: Quadros de Pessoal 2015/MTSSS

Em consequência dos salários mais baixos praticados no interior, as prestações sociais que dependem de contribuições sobre salários, como os subsídios de desemprego e doença e as pensões, são mais baixas no interior do que no litoral, apesar das condições de acesso serem as mesmas em todo o território.

Os rendimentos auferidos pelos trabalhadores por conta de outrem têm também uma relação com o emprego existente nas regiões. Assim, as regiões em que a taxa de emprego⁷ é superior têm rendimentos mais elevados, ou seja, no litoral há mais emprego e os salários são mais elevados.

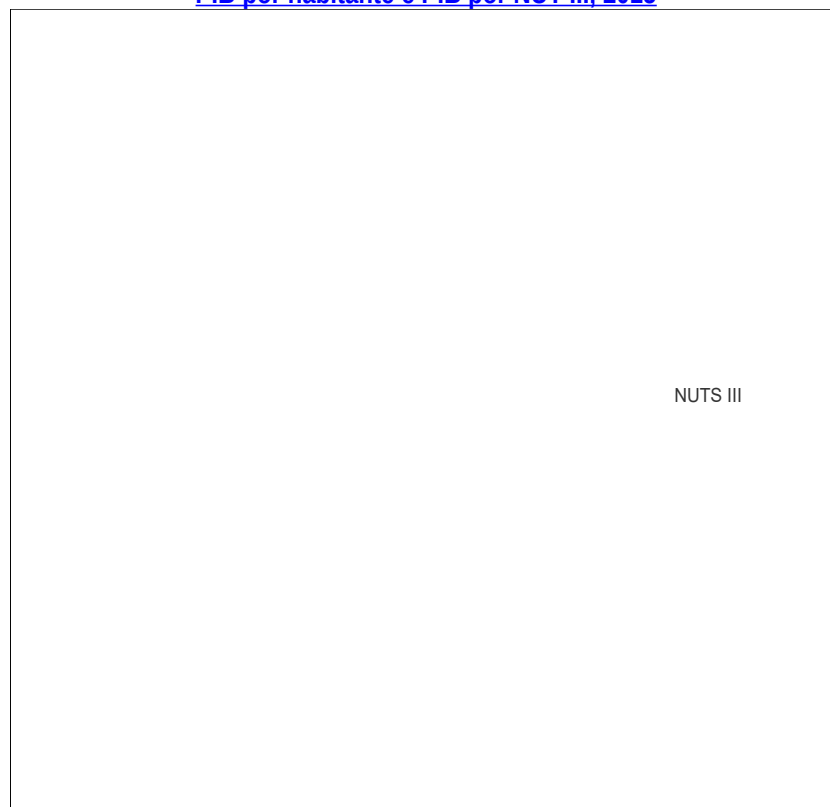
Isto acontece também porque os trabalhadores mais qualificados se concentram no litoral, desempenhando funções mais qualificadas e com maior remuneração que no interior, dado que as melhores oportunidades de emprego e os postos de trabalho mais qualificados se concentram também no litoral, constituindo assim um poderoso factor de atracção dos trabalhadores das regiões mais deprimidas, nomeadamente dos mais jovens entretanto mais escolarizados do que as gerações anteriores graças ao acesso à educação proporcionado pela escola pública em todo o país

⁷ Corresponde ao peso da população empregada na população total.

5. Nível de vida e poder de compra

Em relação ao nível de vida, aferido pelo PIB por habitante, há também diferenças entre o litoral e o interior, embora não tão vincadas como noutros indicadores. Assim, o PIB por habitante é superior no litoral sul, Área Metropolitana de Lisboa e na Região de Leiria, sendo mais baixo em quase todo o interior norte e centro e no Alto Alentejo, como se pode observar no mapa seguinte.

PIB por habitante e PIB por NUT III, 2015



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011)

Em termos do poder de compra, há uma clara diferença entre a maior parte das regiões do litoral, nomeadamente as metropolitanas, e as do interior. Só o Alentejo Central está numa situação mais favorável, nomeadamente relativamente ao Indicador per Capita, que pretende traduzir o poder de compra por habitante manifestado quotidianamente em cada território, mas mesmo assim abaixo da média nacional (corresponde ao valor 100 no mapa seguinte).

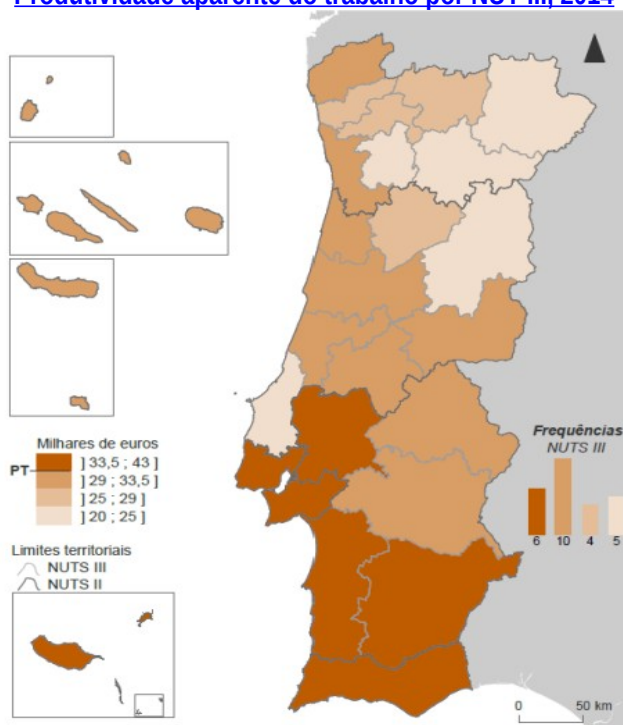
Indicador per Capita por NUT III, 2015



Fonte: Estudo do Poder de Compra Concelhio 2015, INE

De referir ainda que as diferenças encontradas em termos de poder de compra não encontram plena justificação ou relação com o PIB per capita, como se depreende da comparação entre os dois mapas anteriores, nem sobretudo com a produtividade, como se vê no mapa seguinte.

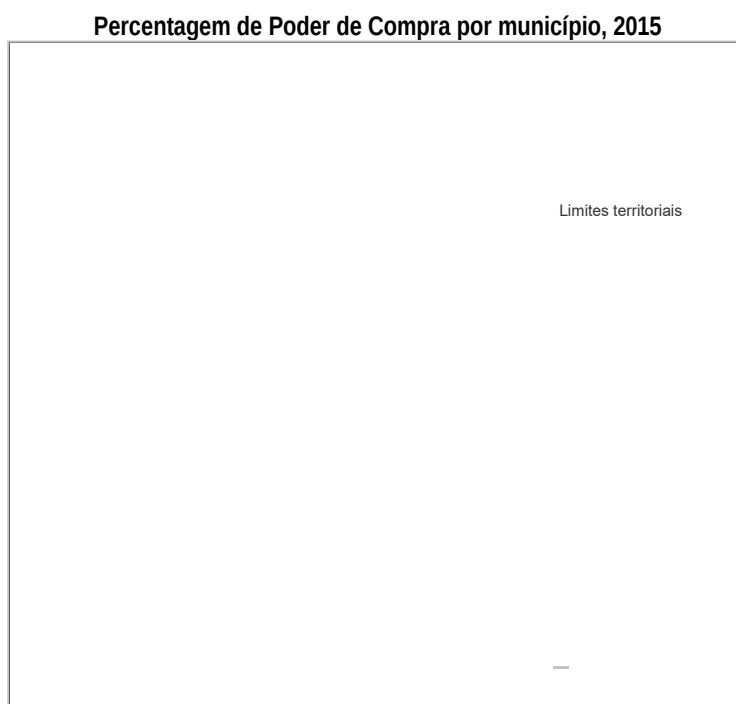
Produtividade aparente do trabalho por NUT III, 2014



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011)

Decorrendo das diferenças existentes no poder de compra per capita a nível regional, mas também da concentração da população no litoral, nomeadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, observa-se que a maioria do poder de compra do país se concentra no litoral, com as áreas metropolitanas a representarem metade do poder de compra do país (tendo a AML 34% e a AMP 17%).

As regiões com menor poder de compra correspondiam na maioria ao interior norte e centro. As regiões NUT III que compõem o interior no nosso estudo concentram apenas 11% do poder de compra nacional.



Fonte: Estudo do Poder de Compra Concelhio 2015, INE

6. Serviços Públicos – a saúde e a educação

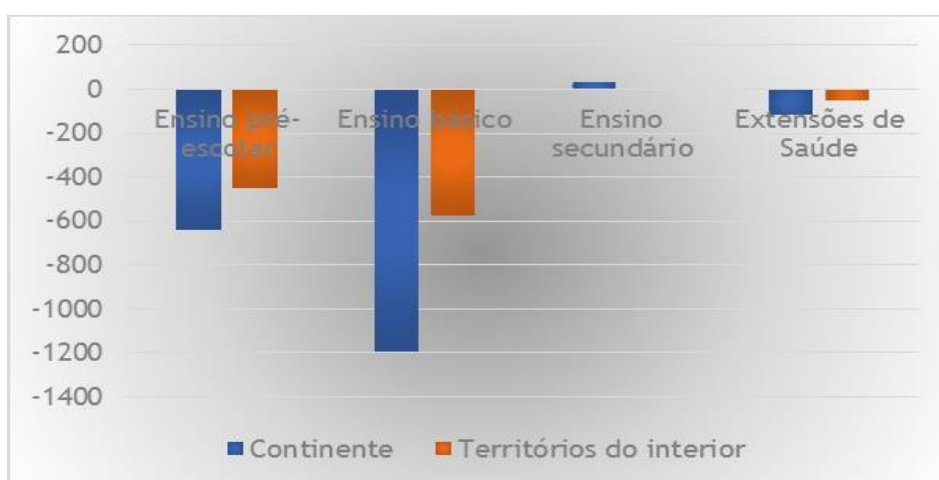
As populações do interior têm sido vítimas de todo um processo de degradação dos serviços públicos, continuando a não ver cumpridas as promessas de descentralização, de combate à desertificação e às assimetrias regionais. Além do emprego, a qualidade e o acesso aos serviços públicos continua a constituir um dos mais importantes factores de fixação das populações nas diversas regiões.

Nos últimos anos, com os governos do PS, PSD e CDS, fecharam centenas de escolas públicas, estações de correios, repartições de finanças, tribunais, entre outros, e reduziu-se o tipo de serviços e os horários de muitos serviços de saúde, afastando cada vez mais as populações da satisfação das suas necessidades e contribuindo para a desresponsabilização do Estado relativamente à sua obrigação constitucional de assegurar as funções sociais.

Segundo o “Interior em números - Bases para um diagnóstico”, incluído no Plano Nacional para a Coesão Territorial, nos últimos 5 anos o país perdeu 1808 estabelecimentos de ensino, dos quais 1027 nos territórios do interior. As maiores perdas verificaram-se nos ensino pré-escolar e básico. Já o ensino secundário teve um aumento de 30 estabelecimentos no país. Todavia, o território do interior perdeu 3 estabelecimentos.

Quanto às unidades de saúde de proximidade (extensões de saúde), o país perdeu cerca de 117 unidades, 50 das quais nos territórios do interior. Os concelhos de Valpaços, Alijó, Nisa, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, situados no interior, tiveram uma perda superior a 5 extensões de saúde.

O gráfico seguinte mostra a variação ocorrida em apenas dois anos, de 2009 a 2011, relativamente aos estabelecimentos de ensino e extensões de saúde.



Variação do número efetivo de estabelecimentos de ensino do pré-escolar e do ensino obrigatório e das extensões de saúde entre 2009 e 2011 (Fontes: INE) (elaboração UMVI)

Todo o interior se debate com uma progressiva desinstalação dos mais diversos serviços de saúde. Em particular desde 2010, as populações têm sido confrontadas com o encerramento de centros de saúde, hospitais, maternidades, serviços de urgência permanentes (SAP), valências hospitalares, reduções de horários nos centros de saúde.

Este processo tem sido acompanhado pela diminuição do número de médicos em muitos concelhos, sendo comuns situações de não haver mais do que 2 a 4 médicos a servir todos os municípios, o que significa que a maior parte desses centros de saúde não tem médico ao serviço todos os dias.

As assimetrias no acesso aos cuidados de saúde são enormes, não só entre as infraestruturas e cuidados existentes no litoral e no interior, mas também dentro dos próprios distritos – obrigando frequentemente a que os utentes se desloquem às capitais de distrito para determinados actos médicos e especialidades, com toda a dificuldade conhecida ao nível das acessibilidades e transportes no interior.

Esta estratégia tem servido para abrir espaço a toda uma lógica perversa de privatização da saúde, desde logo com a entrega de muitos hospitais públicos (a maior parte no interior) às misericórdias.

Outro problema com que os distritos do interior se debatem, tem a ver com a dificuldade na fixação de médicos, com especial destaque para os médicos especialistas. A verdade é que, regra geral, o número de médicos por habitante é mais baixo no interior.

Os crescentes custos com a saúde (a que se somam as despesas com os medicamentos) colocam os portugueses como aqueles que, na Europa, mais pagam pelos cuidados médicos. Este problema, não sendo exclusivo do interior, é aqui agravado, não só porque os salários e o poder de compra tendem a ser mais baixos nestas regiões, mas também porque às taxas moderadoras e medicamentos, acrescem elevados custos de deslocação.

No domínio da educação, o interior sofreu uma vez mais, e com a maior das durezas, os efeitos da política de ataque à escola pública, de estagnação da formação de adultos e de baixas qualificações.

O encerramento progressivo das escolas públicas, a que se fez referência acima, tem sido acompanhado de um alargamento, também progressivo, da rede de escolas privadas, com os efeitos que tal tem no erário público e na degradação da oferta educativa. Conjuntamente com a criação de mega-agrupamentos escolares, a redução da rede pública de educação obriga as crianças a deslocarem-se muitos quilómetros.

O desaparecimento das escolas públicas dos meios rurais, muitas vezes sem assegurar o transporte e a sua devida regularidade, conjugado com o encerramento de outros serviços públicos fundamentais às famílias e o desemprego elevado, têm motivado o afastamento das populações. Importa ainda relevar que o encerramento destas centenas de escolas teve repercussões ao nível do emprego de professores e auxiliares de acção educativa.

A par desta destruição da oferta pública, tem-se observado também uma grande incapacidade na fixação de professores no interior, bem como, na garantia do funcionamento regular da actividade educativa, sobrando exemplos de interrupção da actividade lectiva nas mais diversas disciplinas, por falta de docentes.

1. Transportes e acessibilidades

No plano dos transportes e acessibilidades, existe uma clara concentração no litoral e vastas áreas do país estão desguarnecidas das infraestruturas mais importantes necessárias ao seu desenvolvimento. Isto é visível principalmente relativamente à rede ferroviária, uma vez que em termos rodoviários existem mais vias não assinaladas no mapa seguinte. Tal não significa, no entanto, que exista um serviço de transporte rodoviário de passageiros numa óptica de serviço público, já que este desapareceu com a privatização da RN – Rodoviária Nacional.



Infraestruturas principais (Fontes: SNI; IEP, CAOP2015; Rede Nacional de Plataformas Logísticas; IMT) (elaboração UMVI).

Os avultados investimentos realizados nas principais redes viárias (autoestradas e itinerários principais e complementares) que foram realizados com recurso a fundos estruturais aconteceram paralelamente a um desinvestimento na ferrovia, ao encerramento de muitas linhas, principalmente no interior, e à degradação do material circulante.

Nos últimos 30 anos o país perdeu mais de 1.500 km de linhas ferroviárias, o que também teve consequências em termos de emprego com a perda de mais de 19 mil postos de trabalho. Foram encerradas as linhas do Sabor, Tua, Corgo, Tâmega e Dão; os ramais de Monção, Lousã, Estremoz, Vila Viçosa, Mora, Reguengos, Moura, Sines, Montemor-o-Novo e Montijo; e encerrados os troços Pocinho-Barca de Alva na linha do Douro; Guimarães-Fafe e Famalicão-Trofa na Linha de Guimarães; Sernada-Viseu na linha do Vouga; Covilhã-Guarda na Linha da Beira Baixa; Figueira da Foz-Pampilhosa na Linha da Beira Alta; Beja-Funcheira na linha do Sul, o que afectou todo o território e em particular o interior.

Como consequência, muitos passageiros abandonaram este meio de transporte, ao contrário do que acontece no resto da Europa.

Na área das mercadorias foi criada uma empresa (a TEX), posteriormente alienada à Urbanos, tendo sido também encerrada a Bombardier (antiga Sorefame) e consequentemente o país deixou de fabricar material circulante e a depender de importações e de material alugado.

As causas desta tentativa de destruição radicam nas políticas de desmembramento da CP com o objectivo de entregar as partes rentáveis ao sector privado, sendo responsáveis sucessivos governos nacionais, mas também orientações da União Europeia, nomeadamente desde 1991 com a Directiva 91/440, que preparou a liberalização do transporte ferroviário e a entrada dos privados quer na área dos transportes de passageiros, quer na de mercadorias.

Ainda assim, o transporte ferroviário continua a ser muito importante para o país e para o interior em particular, podendo dar um contributo importante para a redução das assimetrias regionais, para o desenvolvimento do interior, bem como para a redução de emissões poluentes e a criação de uma rede de transportes sustentável.

Em termos rodoviários, os investimentos realizados a partir dos anos 90, embora dotando o país e o interior de infraestruturas de que careciam, visaram também o favorecimento de grupos económicos privados da área da construção, do sector automóvel, dos combustíveis e da exploração das autoestradas, acarretando elevados custos em termos de investimento público, cujo retorno foi apropriado pelo sector privado. De facto, os significativos investimentos da rede rodoviária não foram feitos numa lógica de aumentar a mobilidade das populações através do transporte público, mas sim numa lógica do transporte individual para gerar receitas para os grupos privados.

Em consequência, milhares de povoações do interior do país não têm qualquer serviço público em modo rodoviário, ao contrário da situação existente na altura da RN - Rodoviária Nacional, empresa pública cujo serviço era organizado na lógica da resposta às necessidades das pessoas e tendo uma visão integrada do território nacional.

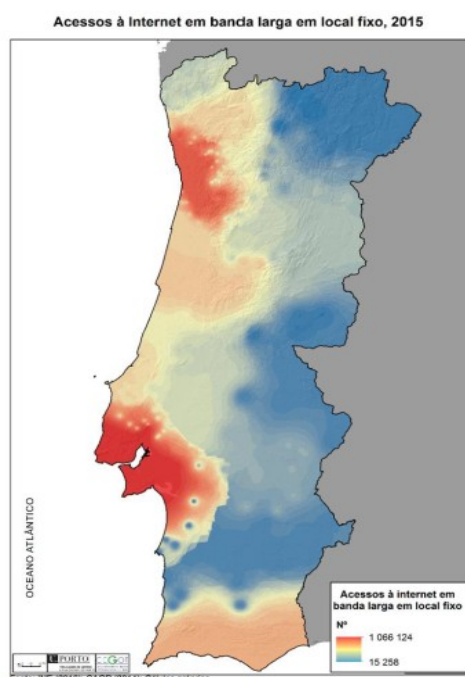
No caso de algumas regiões do interior somaram-se a introdução de portagens nas antigas SCUT, o que fez disparar os custos de deslocação quer de passageiros, quer de mercadorias, agravando os já elevados custos da interioridade.

No entanto, todos esses custos resultam de opções políticas e da ausência de um verdadeiro plano nacional de transportes e acessibilidades que tenha uma visão integrada do território, articule todos os modos de transporte, promova o investimento público e a exploração pública do serviço de transportes e equipamentos e o desenvolvimento regional.

2. Telecomunicações e serviços postais

O processo de desertificação do interior não resulta apenas do afastamento das pessoas e das organizações. Embora Portugal seja dos países da União Europeia com maior cobertura de fibra óptica (90% segundo a ANACOM), a verdade é que, em muitas vilas e aldeias do interior, esta cobertura é apenas parcial. Tal sucede, principalmente, fora dos grandes centros urbanos, nos quais, economicamente, as empresas privadas de telecomunicações, não consideram viável a instalação deste tipo de serviço.

O mesmo acontece relativamente à cobertura do território por banda larga. O mapa seguinte mostra a concentração dos pontos de acesso no litoral e, principalmente, em torno das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.



Publicado em Agenda para o Interior do PNCT

Outro tanto se poderia dizer quanto à televisão, uma vez que, em muitos locais do interior, o acesso à televisão é feito por satélite, o que encarece significativamente o serviço, já que a televisão digital terrestre não cobre todo o território com fiabilidade.

De referir que estas infraestruturas são fundamentais para a instalação de empresas e outras organizações que possam utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação como forma de vencer a distância em relação ao litoral e em relação aos grandes centros urbanos.

No que diz respeito aos serviços postais, a privatização dos CTT e o encerramento de centenas de postos de correio que desempenhavam um papel fundamental no apoio a populações isoladas, acentuam as dificuldades de acesso às comunicações, direito secular das populações. Só em 2013 os CTT encerraram 124 estações de correio, muitas delas no interior do país, mas

esta política já vinha de trás. Entre 2003 e 2012 encerraram 121 estações de correio nos distritos do interior⁸, tendo sido apenas parcialmente substituídos por postos de correio.

Recentemente, a ANACOM recusou o plano apresentado pelos CTT para encerramento de mais estações de correios – pondo a nu as consequências da privatização dos serviços públicos e empresas públicas -, por considerar que tal plano não garantia o acesso das populações aos serviços postais.

Os encerramentos têm sido acompanhados por atrasos inaceitáveis, de vários dias e semanas, na distribuição do correio. Recorda-se também que o serviço postal ainda é responsável pela entrega de milhares de pensões de reforma, pelo que, também por isso, se reveste de especial importância.

9. Investimento público e utilização dos fundos estruturais

A situação económica e social actual do interior tem diversas causas, entre as quais o insuficiente nível de investimento, quer público, quer privado. Os dados disponíveis não permitem desagregar o investimento pelas regiões do interior e litoral. Mas permitem uma análise do país e por NUT II, bem como perceber a evolução ao longo do tempo e o peso no PIB de cada região.

O que se observa no quadro seguinte é a existência de uma grande concentração do investimento total no Continente e, nomeadamente, na Área Metropolitana de Lisboa e na Região Norte, com um reforço significativo do peso desta última e uma diminuição ligeira do peso da primeira no total. Mas o mais importante a realçar é a quebra significativa do investimento (medido a preços correntes) entre 2000 e 2014 em todo o país e a forte queda em termos de peso no PIB em todas as regiões, resultado das políticas inimigas do crescimento que foram implementadas sobretudo a partir de 2012.

Formação bruta de capital fixo (preços correntes; anual)									
	Portugal	Continente						R. A. dos Açores	R. A. da Madeira
		Total	Norte	Centro	Área Metropolitana de Lisboa	Alentejo	Algarve		
Milhões de euros									
2000	35 959,1	33 272,9	8 832,1	7 034,7	12 884,5	2 864,1	1 657,5	901,6	1 776,4
2014	25 993,1	24 933,9	8 351,1	4 806,9	8 635,4	2 030,0	1 110,4	494,2	563,1
% do total									
2000	100,0	92,5	24,6	19,6	35,8	8,0	4,6	2,5	4,9
2014	100,0	95,9	32,1	18,5	33,2	7,8	4,3	1,9	2,2
% do PIB									
2000	28,0	27,0	24,0	28,2	27,2	32,0	33,3	37,1	65,4
2014	15,0	15,1	16,4	14,7	13,7	18,3	14,8	13,3	13,7

Fonte: INE, Contas Nacionais

⁸ Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja.

Quanto ao investimento público, os dados da Conta Geral do Estado apenas desagregam o investimento por NUT II, sendo que a maior parte (mais de 80%) é classificada como tendo impacto multiregional, o que impede a aferição dos montantes por região.

No entanto, sabe-se que a maior parte do investimento público depende dos chamados fundos estruturais, actualmente designados por Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (e que são compostos pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu, Fundo de Coesão, Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas). Assim, a Comissão Europeia estima que, entre 2015 e 2017, 84% do investimento público em Portugal dependa dos fundos europeus, a percentagem mais elevada da União Europeia, pelo que a análise dos dados relativos à execução dos fundos e à sua distribuição regional permite ver para que regiões a maioria do investimento público se dirige.

É necessário relembrar que os fundos estruturais e de investimento se inserem na chamada Política da Coesão e que têm como um dos seus objectivos estruturantes a diminuição das assimetrias regionais. Falhado o objectivo dos programas anteriores, urge colocar o Portugal 2020 ao serviço das populações e utilizar os fundos estruturais (25,8 mil milhões entre 2014 e 2020) para financiar políticas que também reduzam os desequilíbrios regionais.

No entanto, o que se pode concluir de uma análise preliminar dos montantes aprovados até ao momento em quatro dos quinze programas operacionais existentes no Portugal 2020 e que cobrem 46% dos montantes aprovados, é que as regiões do interior continuam a ser claramente preteridas na aplicação dos fundos face ao litoral e, sobretudo, face às suas necessidades de desenvolvimento.

Assim, tomando apenas em consideração os programas operacionais temáticos, verifica-se que apenas 15% das verbas regionalizáveis aprovadas até ao final de Setembro de 2017 do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE) se destinavam a territórios do interior, o mesmo acontecendo com 14% das verbas regionalizáveis do Programa Operacional Sustentabilidade e eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), não sendo possível tirar conclusões relativamente ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) nem para o Programa Operacional Capital Humano).

Relativamente aos programas regionais do continente, apenas foi possível tirar conclusões acerca da distribuição interna das verbas aprovadas no Programa Operacional do Norte e no Programa Operacional do Centro, havendo aqui também uma concentração das verbas no litoral.

Esta distribuição não acontece por acaso. Além de espelhar a falta de uma estratégia de desenvolvimento e a ausência de planeamento regional (e sectorial), o Portugal 2020 não dá resposta aos problemas do país, estando claramente ao serviço da Estratégia Europa 2020 e da competitividade, relegando para segundo plano a coesão económica, social e territorial. Não existe um verdadeiro plano de desenvolvimento para o país, uma vez que as prioridades são estabelecidas por Bruxelas, acabando por condicionar o investimento público existente. Esta orientação, já visível em quadros anteriores, acentuou-se no actual de programação.

De facto, o Acordo de Parceria aposta sobretudo no sector exportador (omitindo que a maioria das empresas portuguesas produz para o mercado nacional), descarta a substituição de importações e a defesa e promoção do sector produtivo, o que favorece sobretudo as grandes empresas e os grandes grupos económicos que se localizam maioritariamente no litoral;

secundariza a criação de emprego, sendo este tratado como uma variável de ajustamento; orienta os fundos sobretudo para as empresas em detrimento do investimento nos serviços públicos, sejam eles de âmbito nacional, regional ou local; não dá resposta ao problema das assimetrias regionais.

10. Poder Local

A agregação e extinção de freguesias visou não só objectivos de índole economicista - uma vez que serviu como justificação para o encerramento de um vasto conjunto de serviços públicos - mas teve também como objectivo enfraquecer o poder local democrático, retirando representatividade às populações e atingindo os seus legítimos interesses, e transformar as autarquias em meras dependências do poder central.

A reivindicação e a luta pela manutenção das freguesias não podem ser dissociadas da luta pelo emprego, pelo desenvolvimento regional e pela defesa das Funções Sociais do Estado. O Poder Local Democrático tem sido fundamental e imprescindível para as profundas transformações das últimas décadas, num regime de proximidade com as populações, as suas necessidades e anseios, mas também representa o papel principal no desenvolvimento local e regional.

Ora, em regiões caracterizadas pela sua interioridade e isolamento, o papel das juntas de freguesia, pela proximidade que visavam garantir entre o Estado e as populações, era ainda mais importante. O seu encerramento significou um abandono, em muitos casos, de populações inteiras que se viram afastadas de importantes serviços que eram prestados por estas autarquias.

A reorganização autárquica agravou ainda mais o acesso das populações ao poder local, em especial as populações mais afastadas dos centros urbanos, tendo, por exemplo, de passar a despender mais tempo e dinheiro para aceder a serviços cada vez mais distantes.

Há ainda que considerar as intenções do actual Governo do PS quanto à transferência de competências para as autarquias locais (municípios e freguesias) e entidades intermunicipais – a chamada municipalização. A transferência de competências em vastas áreas significa a desresponsabilização do Estado central e acentua o perigo do financiamento das funções sociais do Estado ficarem dependentes dos diferentes orçamentos municipais - não sendo transferidos os montantes necessários do Orçamento do Estado para assegurar essas funções - e de diferentes orientações e opções políticas. A concretizar-se no quadro actual, terá impactos negativos na coesão do território e, muito possivelmente, agravará os desequilíbrios já existentes nas áreas a transferir.

Recorda-se que anteriores transferências de competências não foram acompanhadas pelos recursos necessários e que a Lei de Finanças Locais nunca foi cumprida. A brutal redução de meios humanos e financeiros tornou mais evidentes as dificuldades há muito sentidas pelas autarquias no desempenho das actuais atribuições e competências, em prejuízo dos direitos das populações a serviços públicos de qualidade e acessíveis.

A proposta de lei do actual Governo sobre transferência de competências prevê que os municípios passem a ser responsáveis pela construção, equipamento e manutenção de escolas do 2º ciclo ao ensino secundário; refeições escolares e gestão de refeitórios; apoio aos alunos

na acção social escolar; recrutamento, selecção e gestão do pessoal não docente; promoção do cumprimento da escolaridade obrigatória; celebração e acompanhamento dos contratos de inserção do RSI; construção, equipamento e manutenção de novas unidades de cuidados de saúde primários e gestão de outros equipamentos e dos assistentes operacionais de unidades de agrupamentos de centros de saúde; áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afectas à actividade portuária; praias marítimas, fluviais e lacustres; cadastro Rústico e Gestão Florestal; transportes e vias de comunicação, entre outras.

A proposta de lei ignora por completo a regionalização, o que é essencial para uma verdadeira descentralização, nomeadamente com o carácter extenso que a proposta contém. É necessário cumprir a Constituição e criar as regiões administrativas – condição necessária para avançar com uma verdadeira descentralização administrativa e não enterrá-las como se tentou fazer com o reforço das entidades intermunicipais e com uma falsa descentralização, por via da qual se pretendeu “municipalizar” importantes funções sociais do Estado, como a Educação, Saúde e Segurança Social, tendo como objectivo último a sua privatização – ameaça que não está afastada (o articulado da proposta de lei nada garante).

Por último, não se pode esquecer a contradição entre o encerramento de serviços públicos efectuado por vários governos em várias regiões do país apenas por razões economicistas e esta descentralização de competências com o argumento da proximidade.

11. Ordenamento do território e floresta

Está hoje provado até à exaustão que as políticas de desindustrialização, de baixo rendimento dos trabalhadores e dos produtores florestais executadas ao longo de quatro décadas falharam, provocando a saída das pessoas e o despovoamento. Em consequência abandonaram-se as culturas, desde logo a florestal.

Por isso, quaisquer medidas e políticas para valorizar a floresta têm de se centrar nos rendimentos dos produtores, na diversificação da produção florestal e na complementaridade entre sectores económicos e serviços públicos de proximidade e ter como preocupação a criação de emprego com direitos e devidamente valorizados no salário, nas profissões, nas carreiras e nas condições de trabalho.

Não há política nova assente em políticas velhas que se provou serem erradas. É preciso ter em conta que os problemas da floresta portuguesa são resultado da destruição da pequena e média agricultura e do desaparecimento de muitos milhares de explorações familiares, com um papel único na ocupação do território e que isto teve como consequência o despovoamento e a desertificação do mundo rural e do interior do país. Isto implica assumir que estes problemas foram e são fruto da Política Agrícola Comum e são o produto de políticas agro-florestais, orçamentais e de serviços públicos contra os agricultores e o mundo rural.

As medidas economicistas do anterior governo, que fundiu o Instituto de Conservação da Natureza com a Direcção Geral das Florestas e prosseguiu a desastrosa política de redução de efectivos, através da chamada Mobilidade Especial, apenas para poupar nos custos, com prejuízos, quer para a defesa da natureza e da sua biodiversidade, quer para a floresta, enquanto actividade económica, devem ser revogadas.

No que diz respeito à gestão da floresta, são necessárias políticas económicas integradas e intersectoriais e também é necessária a complementaridade interconcelhia. Os incêndios do verão e outono de 2017 mostraram que não pode haver visão ampla com gestão limitada a um só território administrativo concelhio. Daí que, com autarquias, a política florestal deve continuar a ser da responsabilidade central do Estado e deve valorizar-se muito o papel do associativismo dos produtores florestais e compartes dos baldios, sendo que o apoio que estes necessitam não é o de poderem recorrer a desempregados inseridos em contratos emprego-inserção como aponta o Programa Nacional para a Coesão Territorial aprovado pelo actual governo.

É necessário também uma política que ponha fim ao flagelo dos incêndios que ano após ano destroem florestas, casas, bens e afectam as pessoas. E isso exige mais profissionais qualificados para o trabalho relacionado com a floresta. Só desta forma se acabará com o mito de que os incêndios florestais são apenas causa das chamadas terras sem dono conhecido.

É necessário ainda a implementação um plano, de iniciativa pública, dirigido ao reforço e desenvolvimento do *cluster* local centrado na floresta. As profundas assimetrias entre o eixo urbano e a zona do pinhal interior, e o seu rápido aprofundamento (que a não ser estancado conduzirá ao abandono e morte destes vastos territórios) impõem a necessidade de declarar os municípios do pinhal como zonas de intervenção prioritária, adequando para esse fim as medidas e instrumentos financeiros a disponibilizar.

III. PROPOSTA INTEGRADA DE MEDIDAS PARA UM DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO DO TERRITÓRIO

Estratégia de desenvolvimento

Os problemas do interior resultam acima de tudo do facto de Portugal ser um país cada vez mais assimétrico e desigual. Ao longo das últimas décadas foi prosseguida, pelos sucessivos governos, uma política de direita que, além de não ter promovido o desenvolvimento do interior, contribuiu decisivamente para o avanço de um processo de desertificação e isolamento.

A política de direita deixou de fora dos centros de decisão largas faixas da população portuguesa. Tal estratégia acabou por gerar um país extremamente assimétrico, concentrado numa estreita faixa de litoral, abandonando uma enorme parcela do seu território e as populações que nele habitam, e desaproveitando o enorme potencial que reside fora dos grandes aglomerados urbanos.

A regionalização administrativa do território nacional poderia ter sido a grande oportunidade de inversão desta tendência, na medida em que aproximaria o poder das populações e das regiões, descentralizando-o e tornando o seu exercício mais equilibrado. Sabendo que não basta regionalizar o país, é, contudo, visível que o desenvolvimento de um poder intermédio - a regionalização - é, e continua a ser, uma condição necessária para um efectivo desenvolvimento regional.

Não sendo possível escamotear a dura realidade das assimetrias regionais no país, o actual governo decidiu criar a Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI) que apresentou o Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT) entretanto formalmente adoptado. No

entanto, o PNCT não apresenta uma visão nacional e não assume uma estratégia de desenvolvimento onde se definam as actividades produtivas a potenciar em cada uma das regiões. O programa é insuficiente, pois a inscrição de medidas avulsas num documento não faz uma política para o interior, e é limitado nos meios. O PNCT não refere a regionalização enquanto medida decisiva que tem de ser rapidamente concretizada, porque é essencial ao desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas e é um imperativo constitucional, nem é suficientemente afirmativo quanto ao indispensável papel do Poder Local, nada dizendo sobre a revogação da agregação de freguesias.

No entender da CGTP-IN, o futuro do país e a superação dos problemas dos territórios do interior passam necessariamente por uma estratégia integrada de desenvolvimento, que tenha como objectivo a coesão económica e territorial, bem como o progresso social e que contemple medidas específicas para as regiões mais deprimidas.

A CGTP-IN defende, entre outras, as seguintes medidas:

- Discutir e implementar um plano estratégico de desenvolvimento, revitalização e modernização do sector produtivo numa lógica transversal ao país, com pólos regionais que aproveitem as potencialidades e recursos locais. Este plano deve priorizar a agricultura, as pescas, a indústria e os serviços, não esquecendo os sectores de ponta e com potencial de crescimento, como por exemplo as energias renováveis, mas também a diversificação das actividades produtivas para acabar com a dependência a uma só actividade, e a organização de apoios e estruturas destinadas ao escoamento e distribuição dos produtos;
- Valorizar o sector agrícola de modo a garantir a soberania alimentar. O desenvolvimento agrícola deve ter como eixos essenciais: o aproveitamento dos recursos nacionais; a substituição de bens alimentares importados por produção interna; a modernização das explorações agrícolas; a articulação com as indústrias agroalimentares; a regulamentação das regras de comercialização para impedir que as grandes cadeias de distribuição esmaguem os preços à produção, pondo em causa a existência de muitas explorações; a preservação do ambiente.
- Aproveitar as potencialidades dos territórios ao nível da floresta, turismo e outras áreas consideradas relevantes em cada região;
- Redireccionar os fundos do Portugal 2020 para o apoio ao desenvolvimento da produção de bens e serviços transaccionáveis para substituir importações e aumentar as exportações, contrariando a tendência de que só importa o investimento em empresas que se internacionalizem;
- Adotar uma política de reforço do investimento público, nomeadamente em infraestruturas e serviços públicos, que garanta ao mesmo tempo a canalização de fundos estruturais (e outros) para as regiões mais desfavorecidas (como as do interior);
- A reposição das freguesias tal como existam antes da chamada Reorganização Administrativa do Território das Freguesias;
- Concretizar a regionalização do país tal como consagrado na Constituição da República.

A estratégia que a CGTP-IN defende para o interior, além do envolvimento das populações, deve ter por base três pressupostos complementares e inseparáveis:

- i) A dinamização da actividade económica através da industrialização do interior;
- ii) A criação de emprego e a elevação dos rendimentos das pessoas, desde logo dos trabalhadores, através do crescimento dos salários;
- iii) A concretização da regionalização com a consequente criação das Regiões Administrativas dotadas de autonomia, de competências e de meios financeiros.

Neste contexto, a CGTP-IN defende a adopção das seguintes medidas específicas para o interior:

- Elaborar, discutir e implementar um plano de reordenamento que trave as assimetrias e desertificação, invista no repovoamento dos concelhos, no ordenamento da floresta, da produção, da agricultura, na fixação e atracção de empresas, para criar mais e melhor emprego;
- Modernizar e revitalizar o mundo rural, reconhecendo as especificidades do tecido económico e social, mas também territoriais de cada espaço e apoiando o investimento na agricultura
- Canalizar para o interior investimentos públicos e privados direccionados para a dinamização da produção nacional e a criação de emprego de qualidade, priorizando o apoio ao investimento em empresas direccionadas para a produção local/regional no sentido de contrariar a desertificação, evitar os elevados custos de transporte e diminuir os impactos ambientais;
- Promover o turismo e valorizar o património histórico e ambiental, bem como os produtos regionais;
- Promover as energias renováveis ao nível das empresas e da população cofinanciando a instalação de pequenas unidades de produção;
- Apoiar financeiramente a implementação de cidades digitais no interior como forma de inserção nas dinâmicas mundiais e de circulação da informação;
- Apoiar o movimento associativo no desenvolvimento das suas actividades e investimentos nas áreas do desporto, a cultura, do lazer e da saudável ocupação dos tempos livres.

Emprego com direitos

O emprego constitui o grande factor de agregação das populações aos locais. À sua volta giram um conjunto diverso de factores, nos quais o Estado tem um papel fundamental, desde a garantia do acesso aos diversos serviços públicos à existência de infra-estruturas.

Contudo, só um emprego de qualidade e qualificado poderá constituir o motor de que o interior (e o país) necessita para se desenvolver. A mera reprodução do modelo de baixos salários e de baixas qualificações nada mais significará do que a eternização do problema que vivemos. No interior como no litoral é fundamental que os trabalhadores e as populações tenham acesso a um emprego que as dignifique e as valorize.

Por isso é necessário implementar um modelo de desenvolvimento que assegure a efectivação do direito ao trabalho e valorize o trabalho e os trabalhadores, de forma a garantir o pleno emprego, com direitos, estável e devidamente remunerado.

Ao nível das políticas de emprego a CGTP-IN exige:

- Apostar na criação de emprego estável, seguro e com direitos, assim como na preservação do emprego existente, incluindo o emprego público, e na melhoria da sua qualidade;
- Valorizar e dignificar o trabalho e os trabalhadores, o que passa pela melhoria das condições de trabalho, pelo aumento dos salários, por uma organização do tempo de trabalho humanizada, pela dinamização da contratação colectiva, pelo exercício dos direitos individuais e colectivos, pelo aumento das qualificações, ou seja, pelo trabalho com direitos. Implica a revisão da legislação laboral, com a revogação de todas as medidas gravosas que foram tomadas contra os trabalhadores, incluindo a revogação da norma da caducidade e a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável na contratação colectiva;
- Combater a precariedade do emprego de modo a respeitar o princípio de que a cada posto de trabalho de carácter permanente corresponda um contrato de trabalho efectivo;
- Impedir a utilização de medidas de ocupação, como os contratos emprego-inserção, de estágios ou outras como um meio de utilização dos desempregados para ocupar postos de trabalho permanentes;
- Condicionar os apoios públicos às empresas, por parte do Estado, ao cumprimento das obrigações legais e contratuais.

Educação, qualificação e ensino superior

O acesso à educação, à formação, qualificação e ensino superior constitui um dos direitos fundamentais mais importantes. O acesso a uma escola pública de qualidade, a uma rede de formação ao longo da vida, constitui, igualmente, um importante factor de fixação das populações. Nesse sentido é fundamental que se desenvolvam políticas educativas e formativas no sentido de:

- Apostar no constante desenvolvimento da rede pública de ensino, garantindo uma escola pública de qualidade e garantindo o acesso pleno à educação, por parte das populações do interior, sem discriminações de acesso;
- Reverter os mega-agrupamentos e garantir que a distância entre a escola e as localidades do interior não constitui uma barreira ao livre acesso à educação, criando alternativas de oferta de transporte que respondam a essa necessidade, de forma a não se forcem as crianças desses locais a viagens e estadias prolongadas;
- Desenvolver uma rede de ensino público técnico-profissional que esteja conectada com as estratégias específicas de desenvolvimento local, tendo em conta as potencialidades económicas, culturais e naturais de cada região;
- Garantir uma rede de formação profissional ao longo da vida, reconhecimento e validação de competências, requalificação e reconversão profissional, que funcione de forma uniforme em todo o território nacional, com especial atenção para com as localidades mais necessitadas de uma aposta integrada neste domínio;
- Proceder à monitorização constante de necessidades de formação contínua e inicial (de jovens, adultos, desempregados...) de forma a alinhar a oferta formativa com as estratégias de desenvolvimento local e tendo em conta as especificidades próprias de cada região. Ter também em consideração os avanços tecnológicos presentes e futuros e a introdução de novos equipamentos e tecnologias na produção e de apoio aos residentes e visitantes;
- Aproveitar as potencialidades das universidades e politécnicos, cujo papel é central na formação de recursos humanos qualificados essenciais para o desenvolvimento económico sustentável, para reforçar a formação e qualificação profissional;
- Dotar as instituições do ensino superior existentes no interior dos meios necessários para reforço das suas capacidades;
- Garantir o acesso ao ensino superior público nocturno, de forma uniforme em todo o território nacional, investindo no equipamento e redimensionamento da rede actual de ensino superior, de forma a garantir um acesso igual às populações do interior;
- Apoiar o investimento na área da investigação, alinhando este apoio com as estratégias de desenvolvimento local e com as potencialidades próprias de cada região.

Acesso aos cuidados de saúde

O acesso à saúde, como à generalidade dos serviços públicos, deve constituir-se como um direito de toda a população, garantindo o seu acesso universal. Nesse sentido, o reforço no Serviço Nacional de Saúde constitui a principal linha condutora que deve nortear as políticas de saúde. Assim, torna-se imprescindível:

- Garantir o direito de acesso universal à prestação de cuidados de saúde, cuja oferta funcione de forma eficaz em todo o território;
- Garantir o acesso gratuito aos serviços de saúde, suprimindo taxas moderadoras, cujo valor é agravado, no caso das populações do interior, pelas deslocações que têm de efectuar para aceder à rede de cuidados de saúde;
- Reforçar a rede de cuidados de saúde primários, quer em meios humanos, quer em meios técnicos e financeiros;
- Investir numa rede hospitalar equilibrada e que cubra de forma eficaz e eficiente todo o território nacional não discriminando as populações do interior, o que passa por dotar o Serviço Nacional de Saúde dos meios financeiros necessários ao seu reforço e eficácia, alterando o actual sistema de financiamento das unidades de saúde, já que as actuais regras são penalizadoras para o interior, mantendo e melhorando a qualidade das valências e especialidades nos hospitais (revogando consequentemente a legislação que determina a desclassificação dos hospitais do interior), combatendo o encerramento de unidades de saúde e/ou serviços, rejeitando a reprivatização de hospitais públicos e a sua entrega às Misericórdias, anulando novas parcerias público-privadas e revertendo as já existentes;
- Desenvolver uma política que contribua para a fixação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde no interior, com especial atenção às especialidades médicas que constituem uma das grandes limitações na concretização do pleno acesso à saúde;
- Reforçar o *cluster* da saúde no interior na tripla vertente da formação, investigação e prestação de cuidados médicos especializados.

Políticas de habitação

A CGTP-IN defende:

- Investimento na habitação e reabilitação urbana, a partir de planos elaborados em coordenação entre o Estado, as autarquias e as populações que recupere as habitações degradadas, as cidades, vilas e aldeias, que repovoe os centros históricos e supra carências de habitação, contribuindo para melhoria das acessibilidades e condições de vida no espaço urbano;
- Apoiar o acesso à habitação por parte de famílias com dificuldades económicas, promovendo um regime de arrendamento urbano que tenha como objectivo a plena concretização do direito constitucional à habitação;

- Incentivos à habitação jovem, através, nomeadamente, do acesso a créditos bonificados, apoios ao arrendamento e acesso a habitação de baixo custo.

Rede de transportes, acessibilidades e infraestruturas

Sendo necessário reforçar o sistema de transportes, acessibilidades e a infraestruturas, a CGTP-IN entende ser indispensável:

- Elaborar um plano nacional de transportes, que tenha em conta o acesso das populações ao transporte público em todas as regiões do país e que articule numa lógica de complementaridade todos os modos de transporte;
- Assegurar a rede de transportes públicos nos centros urbanos, o reforço da cobertura de rede para as zonas suburbanas, aumento da frequência das carreiras de acordo com as necessidades da população, redução dos custos de transportes, nomeadamente passes sociais;
- Reforçar a rede ferroviária, através da conclusão de troços já iniciados, do investimento na modernização e electrificação de linhas ferroviárias, na reabilitação de troços e em novas linhas, quer para transporte de passageiros, quer de mercadorias, com garantia de gestão e exploração públicas assegurando horários e frequências compatíveis com uma utilização diária;
- Dotar o interior das infraestruturas viárias necessárias ao crescimento da sua capacidade económica e à melhoria da qualidade de vida da população, com a necessária e indispensável abolição das portagens;
- Requalificação das estradas municipais, intermunicipais e nacionais;
- Aproveitamento das infraestruturas de transportes já existentes (nomeadamente aeroportuárias)

Comunicações

No âmbito das comunicações é fundamental:

- Estender a cobertura de fibra óptica, ou tecnologia similar, em todo o território, permitindo, desta forma, encontrarem-se alternativas de comunicação a distância que compensem a interioridade de determinadas localidades;
- Estender a cobertura das redes 4G de forma uniforme em todo o território, garantindo mobilidade e facilidade no acesso às comunicações, mesmo em locais muito isolados.

- Reabrir os postos de correios encerrados, bem como o reforço das suas valências, de forma a cobrir todo o território e a garantir às populações das localidades mais interiores um acesso pleno às redes postais;
- Garantir a existência de serviços públicos de comunicação social que acompanhem a situação das regiões, reabrindo serviços encerrados como no caso da RTP e Lusa.

Ordenamento do território, floresta e ambiente

As medidas que a CGTP-IN defende para o ordenamento do território, floresta e ambiente passam, nomeadamente, por:

- Reformar a política florestal, assegurando o necessário investimento público e que a partir dele e com ele se mobilize o investimento privado. Isto passa pelo apoio aos proprietários florestais, designadamente os mais pequenos, e aos baldios e não às empresas de celulose para a promoção do aumento da produtividade do eucalipto;
- Reforçar os meios humanos e materiais das estruturas do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural para a intervenção nas florestas, sendo também necessário reverter a fusão do Instituto de Conservação da Natureza com a Direcção-Geral das Florestas;
- Definir um preço justo à produção da matéria lenhosa e combater às práticas comerciais agressivas e importações sem controlo e assim defender o interesse dos proprietários e a gestão activa da floresta;
- Manter a gestão da política florestal sob a responsabilidade da Administração Central, sem prejuízo do necessário envolvimento e participação das autarquias;
- Implementar de uma política que ponha fim aos incêndios, através do reforço do número de profissionais qualificados para o trabalho de ordenamento da floresta, do acompanhamento das medidas do Sistema de Defesa das Florestas contra Incêndios, da coordenação da intervenção das equipas de Sapadores Florestais, do aconselhamento dos produtores sobre as melhores práticas e espécies, do apoio aos Baldios, da atenção directa e reforçada às Matas Nacionais e às Áreas Protegidas;
- Apoiar as autarquias e empresas no âmbito do ambiente, para que em articulação se construam os equipamentos necessários à despoluição nas ribeiras, rios e outros cursos de água, bem como o tratamento de resíduos sólidos urbanos e industriais;
- Criação de emprego na área da floresta, agro-pastorícia, produção e instalação de energias renováveis, eficiência energética dos edifícios, distribuição de água e regadios, instalação de instrumentos de despoluição das empresas, gestão de resíduos, logística de distribuição dos produtos locais, entre outros ligados ao ambiente, clima e desenvolvimento regional.